

A ABORDAGEM INFORMACIONAL NOS ARQUIVOS: permanência ou não da centralidade na entidade documental?

Eliezer Pires da Silva (AN) eliezerpires@gmail.com¹

Resumo

Esta pesquisa de mestrado, em andamento, busca caracterizar a noção de informação arquivística presente na produção de conhecimento em Arquivologia. Trata-se de discutir a emergência dessa noção expressa em teses e dissertações que contemplam questões da área de arquivística, especificamente, no quadro brasileiro, no período de 1996-2006. Relaciona-se, ainda, a abordagem informacional dos arquivos com uma perspectiva de inovação no discurso sobre as práticas arquivísticas na contemporaneidade. Essa inovação estaria presente na orientação de sucesso dos negócios organizacionais e nos movimentos das instituições arquivísticas, quando da representação temática dos conteúdos de documentos de arquivo por meio dos sistemas ou redes de informação. Essas considerações evidenciam o arquivo no reconhecimento de formas reificadas da vida nas sociedades contemporâneas, em que se dá a burocratização das relações substituindo formas tradicionais de integração social. A partir do aprofundamento de tal análise, o arquivístico é entendido como uma tecnologia cultural incorporada nas práticas sociais que possibilitam um instrumental de penhor do futuro a partir do passado pela técnica do arquivamento. Isso apontaria para a legitimidade e a racionalidade buscada pelo trabalho de controle que garante a coerência e a validação do que foi armazenado. Sendo assim, a realidade do arquivo sugere um trabalho de ligadura continuada entre presente e passado. Esse funcionamento dá garantia de validade a uma imagem do passado com força de evidência. Nessa direção, o trabalho arquivístico estaria na construção de uma dimensão que adquire funções de validar evidências de acontecimentos. Busca-se, assim, problematizar a abordagem informacional nos arquivos verificando a permanência ou não da dimensão da entidade documental como representação da centralidade na abordagem arquivística.

Palavras-chave: documento de arquivo; informação arquivística; arquivologia.

Abstract

This research master's in progress, seeks to characterize the notion of archival information in the production of knowledge in archival science. This is to discuss the emergence of the concept expressed in theses and dissertations that cover the area of archival issues, specifically, under Brazilian in the period from 1996-2006. Links should also be the approach of informational files with a view to innovation in the discourse on archival practices in the contemporary. This innovation would be present in the direction of success in business and in organizational movements of archival institutions, where the representation of thematic content of record from systems or through information networks. These considerations highlight the archival in recognition of reified forms of life in contemporary societies, which gives the bureaucratization of relations replacing traditional forms of social integration. From the deepening of this analysis, the Archives and understood as a cultural technology embedded in social practices that allow a vehicle to pledge the future from the past by the technique of archiving. This point to the legitimacy and rationality searched for the work of control that ensures consistency and validation of what was stored. So, the reality of the file suggests a study of linkage between this and continued past. This operation gives assurance of validity to a picture of the past by force of evidence. Along these lines, the Archives is working in the construction of a scale that takes functions to validate evidence of events. Search is thus question the approach to verifying information in the archives whether or not the size of the organization as representing the documentary focused on archival approach.

Keywords: record; archival information; archival science.

1 Introdução

No século XIX, com a criação do Arquivo Nacional, em 1838, reconhece-se um marco histórico importante para as práticas arquivísticas no Brasil. No entanto, apesar da

¹ Mestrando em Ciência da Informação, UFF/IBICT; Arquivista no Arquivo Nacional.

existência de diversas instituições arquivísticas, o ensino universitário para formação profissional de arquivistas foi estabelecido no final da década de 1970. A partir do ano de 1978, a configuração do campo arquivístico passa a contar com a regulamentação do ensino superior de Arquivologia e da condição profissional.

As práticas do saber arquivístico ganham os seguintes contornos: um espaço de atuação profissional regulamentado com uma profissão a se consolidar e uma dimensão de ensino e pesquisa no ambiente acadêmico.

Coloca-se, a partir da década de 1990, a emergência de uma abordagem informacional dos arquivos. A configuração de uma realidade epistêmica mais distribuída entre Estado, trabalho arquivístico e arquivista ganha outros contornos em face das funções arquivísticas nas suas relações com a cidadania e orientação de sucesso dos negócios. A produção de conhecimento arquivístico tem reproduzido a continuidade de uma tradição profissional estabelecida com algumas regras de definição de objeto de estudo, além da permanência das abordagens legítimas, mas se indica, cada vez mais, para uma ampliação canônica com a incorporação do domínio informacional no universo de suas tematizações.

No entanto, o conceito de arquivo vigente remonta ao século XIX: a idéia de arquivo tem representado, tradicionalmente, tanto o lugar onde são preservadas as inscrições de importância histórica, como também os próprios registros preservados sob tais condições de custódia.

As razões de formação do arquivo estariam assentadas na sua contribuição para a ação de governar², no entanto, não prescinde da atualidade do ambiente no qual se estabelece o elenco de inscrições representativas como herança cultural (considerando os direitos que se quer sustentar) a ser preservada através dos documentos.

Essa compreensão do documento de arquivo coloca, em primeiro lugar, que houve o ato de arquivar, ou seja, quem produziu a inscrição precisa ter armazenado, lá no passado; segundo, há o ato de acumular e ordenar o acervo, enquanto uma ação, no presente, de mantê-lo sob custódia; pois, considera-se a utilidade antevista sobre possíveis usos, a partir do presente.

Assim, entre a instituição arquivística, como lugar da versão oficial do que aconteceu, portanto fonte da História, e o serviço de arquivo, como instrumento que auxilia

² Essa “governança” quer indicar a funcionalidade do arquivo para ação de governar na medida em que fatos documentados “representam fonte de sabedoria e experiência administrativa. Tornam-se necessários para dar consistência e continuidade às suas atividades. Contêm precedentes [...] úteis como guia para os administradores na solução de problemas do presente idênticos a outros já solucionados no passado.” (SCHELLENBERG, 2002, p. 183).

orientações de sucesso para as administrações, configuram-se especificidades nas funções arquivísticas. A gestão documental, dentro das administrações, tem o objetivo de servir, prioritariamente, aos atores que conduzem o funcionamento institucional. Na instituição arquivística tem-se o propósito de garantir os direitos aos cidadãos e a pesquisa histórica, com a disponibilização de registros autênticos sobre o passado, além de reivindicar sua participação na Gestão de Documentos.

Os limites referenciais desses dois aspectos do saber arquivístico acima apontados vêm sendo relativamente discutidos pelos principais autores da Arquivologia. No entanto, busca-se tematizar uma recente constatação apresentada na literatura em que os arquivos são abordados informacionalmente. Quer dizer, o discurso da informação (esse que data do pós-guerra) é incorporado na fala daqueles que justificam as práticas em torno dos arquivos.

Arquivos são compostos por informações vinculadas a processos, isto é: informação gerada e estruturada por processos de trabalho. Qualquer arquivo é formado por informação gerada e estruturada por processos de trabalho funcionalmente inter-relacionados. Um sistema de gerenciamento arquivístico é desenvolvido para estabelecer, manter e explorar a ligação entre estes processos de trabalho e a informação que geram, a fim de otimizar os processos informacionais decorrentes de suas relações (THOMASSEM, 2006, p. 6).

Assim, trata-se de discutir a emergência, no Brasil, da noção de informação arquivística operada na produção de conhecimento que se expressa em teses e dissertações que contemplam questões da área de Arquivologia. Especificamente, demonstrar a noção de informação arquivística que está presente na produção de conhecimento arquivístico no quadro brasileiro, no período de 1996-2006; e verificar as relações dessa emergente abordagem informacional dos arquivos com as tradicionais formulações do saber arquivístico.

Diferentemente da emergente perspectiva informacional, expressa pela noção de informação arquivística, os principais marcos do saber arquivístico apontam para o surgimento, no século XIX, de um modelo de instituição arquivística custodiadora de documentos, deslocados do lugar em que foram administrativamente acumulados para ocuparem espaço num depósito centrado em servir a pesquisa histórica ou probatória.

Essa ênfase no documento tem sido, tradicionalmente, reproduzida na Arquivologia. Para Fonseca (2005, p. 88 e 89), a Arquivologia encontra-se, historicamente, marcada pelas práticas visando à guarda e à preservação de documentos.

o objeto da “Arquivologia clássica” era identificado pelo conjunto de documentos produzidos ou recebidos por uma dada administração, era o arquivo (fond d’archive), custodiado por uma instituição arquivística; suas principais entidades eram os documentos de arquivo como “artefatos” físicos, e as interações entre estas entidades eram consideradas orgânicas por natureza; os objetivos e a metodologia poderiam ser descritos como o controle físico e intelectual dos documentos (FONSECA, p. 88 e 89).

2 A abordagem da entidade documental

Autores de reconhecimento internacional na Arquivologia, como Heredia Herrera (1983) e Duranti (1994), consideram o saber arquivístico, essencialmente, estruturado em torno dos documentos. Deste ponto de vista, o arquivo é entendido como a totalidade de documentos produzidos ou recebidos oficialmente por uma administração que posteriormente se submete à custódia arquivística.

A partir da emergência da Gestão de Documentos, na primeira metade do século XX, ocorre uma ampliação das funções arquivísticas para além da custódia de acervos em instituições arquivísticas, buscando a estruturação dos serviços de arquivo junto aos processos de trabalhos dentro das administrações. A Gestão de Documentos surge para racionalizar a produção, o uso administrativo e a eliminação de documentos.

Não é a informação contida no documento o que interessa, e a arquivística não é uma “ciência da informação” (como muito freqüentemente se diz), ou só uma “ciência da informação”, senão que tem um conteúdo muito mais amplo; o que interessa é o significado pleno de cada documento, que se evidencia somente por meio do vínculo com todos os outros documentos do mesmo arquivo; o que interessa é conhecer como este documento foi produzido, ao longo de que procedimento administrativo e com que validade jurídico-administrativa (LODOLINI, 1988, p. 11, tradução nossa).

Essa visão *documentalista*³ do arquivo, inicialmente associada ao patrimônio histórico, constituinte de um saber sobre os documentos autênticos, se aproxima da Gestão de Documentos. Nesse sentido, a permanência da idéia de que o arquivo é capaz de guindar o documentar ao estatuto documental probatório. Para Ricoeur (2000), o arquivo não é apenas o lugar físico, é um lugar social instituído com o fim de testemunho do passado por meio da prova documentária.

Camargo (1994), ao abordar o arquivo sob este ponto de vista, sugere que as razões de ordem prática colocam uma redução e um condicionamento na produção de sentido do que está documentado. Admite uma estabilidade de sentido ao conteúdo dos documentos no contexto arquivístico.

Para Sousa, a entidade documental é essencial para o saber arquivístico.

³ Visão documentalista aqui quer indicar uma abordagem do saber e das práticas arquivísticas centrada na entidade documental. Busca-se estabelecer uma distinção entre a perspectiva arquivística que privilegia o documento para representação de seu objeto de trabalho e a da informação representando a centralidade do saber e das práticas em torno dos arquivos. No âmbito da Ciência da Informação, para Fernandes (2004), visão documentalista seria uma herança da Documentação, sobretudo da segunda geração que tem em Briet o maior expoente, final dos anos de 1930.

O documento arquivístico é um artefato humano com pressupostos e características específicas. O ambiente e o conteúdo são delimitados e definidos pelo sujeito acumulador, que pode ser uma pessoa física ou jurídica. [...] o documento arquivístico nasce como resultado do cumprimento de uma atividade e é mantido como prova dela. E, também, com o objetivo de decidir, de agir e de controlar as decisões e as ações empreendidas e, ainda, para efetuar pesquisas retrospectivas que ponham em evidência decisões ou ações passadas (SOUSA, 2004, p. 120-122).

Segundo Lopez (2000, p. 39),

O documento de arquivo é uma prova mediada por diversas relações: de um lado a sua geração/uso institucional, de outro lado a interpretação e tradução destas funções na classificação documental; de um lado tudo aquilo que ela carrega enquanto índice (traço) do real e, do outro, sua leitura/interpretação feita pelo pesquisador. De um lado, o documento é resultante de uma vontade institucional, fruto de uma determinada concepção de mundo. Porém, é [também] vetor de novas ações .

Esse autor caracteriza um contexto de geração dos documentos, no passado, enquanto produto de relações sociais que são objeto de intervenção, no ambiente da acumulação e da ordenação do acervo, tendo em vista a projeção de uso dos documentos como vetor de novas relações perspectivadas.

De acordo com Lopez (p.81), a idéia de documento de arquivo comporta uma síntese entre informação e suporte. Ele entende que, no espaço do arquivo, o conteúdo informativo do documento, para além da observação isolada de uma inscrição, configura uma materialidade (potência de efeitos) que sustenta a produção de sentido sobre conteúdos em determinada direção. “O conteúdo informativo do documento [de arquivo] não pode ser analisado no vazio; isto é, como se não houvesse uma materialidade garantidora da fixação dessa informação e como se tal conteúdo não fosse produto de uma ação geradora do documento.”

O trabalho arquivístico é entendido, fundamentalmente, assentado sobre o processamento técnico de documentos que resultaram da atividade de uma pessoa física ou jurídica.

3 A emergência da informação arquivística

A despeito dessa abordagem centrada na entidade documental no contexto dos arquivos, a expressão informação arquivística emerge na literatura da área da Arquivologia, nos anos de 1980, estabelecendo a *abordagem informacional* que inscreve o arquivo na dinâmica da importância que possui a informação na contemporaneidade.

De acordo com Fonseca (2005, p. 13), há uma possibilidade renovadora a partir da perspectiva informacional no panorama arquivístico internacional.

[...] destaca-se a criação, em 1987, do *Groupe Interdisciplinaire de Recherche en*

Archivistique – GIRA (Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Arquivologia). O grupo de pesquisa foi criado na Escola de Biblioteconomia e Ciências da Informação da Universidade de Montreal – ESBI, no Canadá. O artigo publicado por seus fundadores em 1988, *L'archivistique a-et-elle trouvé son identité*, pode ser considerado um marco nas reflexões sobre a Arquivologia como área autônoma de conhecimento numa perspectiva contemporânea e a criação do grupo de pesquisa constitui-se em importante espaço de reflexão em torno das especificidades do fenômeno informacional arquivístico, na busca da construção de um conceito de informação arquivística.

Desse modo, as idéias em torno do fenômeno informacional arquivístico têm sido colocadas em associação com movimentos de aproximação da Arquivologia de uma condição autônoma de área do conhecimento.

A noção de *informação arquivística* é recente na literatura da área e ainda carece de verticalização teórica. Na verdade, a Arquivística tende a reconhecer os *arquivos* como seu objeto e não a *informação arquivística*. Em torno dessas duas perspectivas, situam-se as escolas de pensamento mais conservadoras – ainda predominantes – e as mais renovadoras. De modo geral, a primeira tendência encontra acolhida nos arquivos públicos europeus e, a segunda, em escolas de Ciência da Informação de universidades dos Estados Unidos e Canadá (JARDIM; FONSECA, 1998).

A noção de informação arquivística é identificada, nesta citação, com um deslocamento de objeto na Arquivologia, além de sua aproximação com as escolas norte-americanas e canadenses. Essa renovação tem apresentado evidências de um processo de alterações para a área dos arquivos no quadro brasileiro.

As evidências sinalizadas são ainda pontuais, pois não se trata de um levantamento exaustivo. Apresentam-se, a seguir, algumas ilustrações da ordem da produção do conhecimento arquivístico e do âmbito do ensino ou formação profissional, que poderão vir a se constituir em possíveis indicadores.

O primeiro desponta em 1990, quando a Associação dos Arquivistas Brasileiros, ao realizar um dos Congressos Brasileiros de Arquivologia, tematiza a questão no próprio título: “informação e arquivo”. Apesar de não ser um fenômeno brasileiro, poderia ser um marco inicial de reconhecimento da abordagem informacional dos arquivos no Brasil?

O fluxograma atual do curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense, depois da reforma implementada em 2007, ao apresentar um alinhamento com a perspectiva de uma abordagem informacional do arquivo⁴, aponta, talvez, uma segunda evidência. A ocorrência da palavra “informação” no título das disciplinas torna-se reveladora. Enquanto no antigo fluxograma o informacional apenas aparecia na designação de uma disciplina, agora esse termo aparece em 11 das quarenta disciplinas da grade curricular.

⁴ O Projeto Político Pedagógico, da reforma implementada em 2007, enfatiza o propósito de formar profissionais para atuar no campo informacional. Apresenta o objetivo de responder às demandas das informações produzidas pelas transformações que caracterizam a contemporaneidade.

O que se pode observar são aspectos da trajetória, recente, da emergência da noção de informação arquivística no quadro brasileiro. Esta pesquisa pressupõe que a emergente noção encontra-se presente naquela produção de conhecimento arquivístico, que está sendo publicada. Identificam-se trabalhos nos quais a perspectiva da abordagem informacional dos arquivos é adotada.

Entendemos informação dentro de uma perspectiva arquivística como uma representação registrada a partir de sua inserção em contexto administrativo de uma entidade coletiva ou de vida de uma pessoa ou família, passível de organização, tratamento, preservação, contextualização e comunicação, e como recurso para geração de conhecimento ou para o processo de tomada de decisões, podendo ser utilizada por multiusuários e produzir vários sentidos (OLIVEIRA, 2006, p. 31).

Essa é uma situação em que se procura explicitar uma definição para a noção de informação arquivística. A essa manifestação objetiva de um registro com qualidades arquivísticas, até então categorizado pela noção de documento, associa-se a permanência da idéia de registro, o que pode até suscitar o enquadramento do deslocamento do documento para a informação como sendo apenas nominal. Será uma simples mudança de termo?

Assim, a informação arquivística apresentaria características de ser registrada sob a lógica do contexto administrativo que se dá pelo exercício de funções, atividades e transações, mediante registros.

Moreno (2006), a partir de autores canadenses e americanos, considera que, até meados dos anos oitenta, se enfatizava a forma sobre o conteúdo dos documentos. Os princípios arquivísticos só dariam conta de uma preocupação com o *documento* em seu contexto de produção, isso por meio da representação de estrutura e formato de atos documentados. Essa autora chama a atenção para o conceito de documento. Este reuniria os aspectos informativos e de suporte nessa entidade documental.

Ressalta-se que os documentos gerados e recebidos, em decorrência das atividades das instituições, são detentores de informação arquivística, a qual tem peculiaridades e características específicas. A informação arquivística é produzida dentro do exercício das funções/objetivos a que se propõem as entidades e tem papel fundamental, pois faz parte dos recursos informacionais que, ao lado dos recursos humanos, financeiros e materiais, toda organização utiliza para seu funcionamento (MORENO, 2006, p. 17).

A autora recoloca a determinância da condição registrada para o informacional nos arquivos, tendo em vista que são acervos compostos por informações, quando estas são consideradas consequência dos documentos.

Entende-se por informação arquivística, a informação que está diretamente relacionada ao organismo produtor, isto é, ela é produzida dentro do contexto do exercício das funções/objetivos a que se propõem as organizações/instituições. A informação arquivística por meio de seu conteúdo informacional forma o documento de arquivo. A informação arquivística/documento de arquivo tem como traço característico o fato de ser produzido de forma espontânea, natural e rotineira, por imperativos de ordem prática, sem qualquer

intenção de se transformar em fonte para a história. No âmbito do funcionamento de uma instituição, apresenta caráter evidencial congênito, ou seja, nasce para servir de instrumento ou prova de determinadas ações e é alheio a um eventual uso secundário que dele se possa fazer (MORENO, 2006, p. 133).

Nesta definição, a noção de informação arquivística está associada com a busca por um domínio mais amplo para atuação do profissional de arquivo, que tanto está no processamento de acervos nas instituições arquivísticas como também se insere no funcionamento das organizações como parte constitutiva do próprio administrar.

Não obstante, as tecnologias de informação e comunicação delinearão um quadro de recursos de redes de comunicação em que o funcionamento organizacional tem, nesse intenso trânsito informacional, um elemento vital. A atuação do arquivista fortalecerá a consolidação de um espaço de gerenciamento de *informação arquivística*, promovendo soluções da arquivística e incluindo a opção pelas tecnologias e a mobilização de diferentes recursos.

A nova onda de profissionais [que ganha] espaço pelo fato de lidar, essencialmente, com informação produzida e manipulada no âmbito organizacional e registrada em variados tipos de suportes, por recorrer ao uso da tecnologia para o processamento dessa mesma informação e por prestar serviços aos seus utilizadores já não baseados apenas na comunicação das fontes de informação, mas sim no fornecimento da própria informação (ROBREDO, 2003, p. 48).

O arquivista atuará articulando o funcionamento dessa interação informativa: o acompanhamento do processo documental e o mapeamento dos fluxos informacionais, que são estabelecidos pelos processos de trabalho dentro de uma organização. O sistema de informação pode ser entendido como *modelo de representação da realidade em seus processos de comunicação*, descrevendo como vai interagir um conjunto de partes que, coordenadas por um fim, potencializam sua capacidade de realização.

4 Caracterização conceitual da informação arquivística

Para Guimarães e Silva (1996, p. 57), a dimensão documental do arquivo pode ser enquadrada pela compreensão informacional de processos de comunicação dentro do espaço das instituições arquivísticas e dos serviços de arquivo. As propriedades e características da informação arquivística estariam na dependência do contexto, o qual resulta da atuação de um organismo produtor. A ligação de uma informação com outras e com o exercício das atividades desse produtor constitui o arquivo, além da oficialidade na intenção de produzir efeitos de ordem jurídica provando fatos.

Problematizando o impacto das comunicações eletrônicas nos arquivos, David Bearman sustenta que as condições virtuais de apresentação desses meios não descaracterizariam a compreensão documental da comunicação no fenômeno arquivístico. O trabalho do arquivista, a partir dos metadados, ou metainformações, amplia as possibilidades de controle sobre os documentos.

Os documentos são os portadores, os produtos e são eles que informam sobre as transações. Qualquer dado não constitui por si um documento, posto que nem todos os dados representam de forma completa a transação na qual estão envolvidos. De fato, a maior parte da informação gerada pelos sistemas de informação e administrada por meio deles, não constitui um documento e carece dos atributos de validade e eficácia. Os documentos só serão válidos e eficazes se se recolhe, conserva e utiliza aquela informação sobre seu conteúdo, estrutura e contexto que resulta imprescindível para garantir um tratamento arquivístico integral adequado aos mesmos (BEARMAN, 1996, p. 4, tradução nossa).

Para Terry Eastwood, o trabalho arquivístico assenta-se na descrição dos conjuntos documentais, mas reconhece a finalidade dos arquivos em fornecer informações. Nessa perspectiva, demonstra uma preocupação com as necessidades de informação dos usuários. Esse professor canadense entende que

Os arquivos precisam ser instituições mais populares do que são, muito mais pessoas podem se deleitar e se beneficiar do conhecimento e uso de arquivos do que atualmente o fazem. Isso vai criar uma sociedade gradativamente mais instruída e talvez uma sociedade onde as pessoas sejam mais preocupadas com as suas raízes e seu passado.[...] queremos dar aquela informação básica, talvez até dizer alguns fatos sobre os arquivos que vão orientar o usuário que queira ser orientado (EASTWOOD, 2007, p. 18).

Michael Cook (2007, p. 126) defende que a perspectiva informacional, nas práticas arquivísticas, representa um auxílio na descrição dos arquivos, no sentido de separar a “informação de contexto da de conteúdo”. No quadro da normalização arquivística, o método de categorização da informação seria uma expressão da representação orientada ao usuário.

De acordo com Sibille, o informacional nos arquivos emerge junto da utilização da informática para automatizar instrumentos de pesquisa em instituições arquivísticas. Na França,

Uma aceleração é verificada, desde o início dos anos de 1990, na informatização [...] dos serviços, e desde 1995 nas descrições. [...] A normalização da descrição arquivística e a reflexão sobre os meios ofertados pelas novas tecnologias estão, hoje em dia, no centro do debate profissional (SIBILLE, 2007, p. 98).

A autor australiano Adrian Cunningham discute o controle intelectual dos documentos configurando uma abordagem informacional dos arquivos. A informação arquivística refletiria a complexidade da “realidade de inter-relações dinâmicas entre diferentes entidades produtoras de documentos”.

Em 1964, Scott fez a sugestão radical de se abandonar o fundo como foco do controle intelectual e [...] longe de ser um ataque ao princípio da proveniência, Scott via sua abordagem como sendo eficiente de registrar a verdadeira e frequentemente complexa natureza da proveniência e sistemas de arquivamento do que o uso da abordagem dos fundos (CUNNINGHAM, 2007, p. 80 e 81).

Para Nils Bruebach, a informação arquivística representa um efeito da revolução digital e suas implicações no arquivo.

A última década do século XX é frequentemente vista pela Arquivologia como um período de mudanças de paradigmas. A revolução tecnológica com seus impactos nas administrações e escritórios fez com que os princípios de trabalho arquivístico, os métodos, as estratégias e as abordagens profissionais fossem repensados e reavaliados (BRUEBACH, 2007, p. 39).

Michael Fox analisa as razões da normalização arquivística no contexto das necessidades de informação junto aos arquivos. Enfatiza a importância da consistência do conteúdo informacional diante do usuário. Existiria um problema quando o “conteúdo e a estrutura da descrição de documentos variam de instituição para instituição”. No nível da informação, a solução estaria na aplicação de normas para estruturar o “conteúdo da informação arquivística” (FOX, 2007, p. 28).

Para Terry Cook (2000), o papel da Arquivologia, na atualidade, envolve uma visão teórica sobre as práticas arquivísticas, que passa da entidade documental para o processo, uma abordagem relacional do universo arquivístico. Como resultado dessa transformação, não mais a partir do arranjo e da descrição do armazenamento de entidades documentais, deve-se encontrar formas de análise das funcionalidades do fenômeno informacional nos arquivos.

De acordo com Crespo (2000, p. 29 e 30), a definição de informação arquivística encontra-se na delimitação do objeto de estudo da Arquivologia, este com características de ser uma informação detentora de forte relação com o produtor que impõe sua significação no quadro das atividades e funções desse organismo formador do arquivo.

A partir dos anos de 1980, em função dos desenvolvimentos apresentados pelas sociedades, a arquivística foi marcada por novas transformações. Neste contexto surgiu o conceito de gestão da informação. A princípio foi um desenvolvimento da idéia de gestão, mas que não se prendeu aos suportes e criou a possibilidade da análise do conteúdo informacional. O exame mais profundo deste conceito leva a superação da idéia de documento como objeto da arquivística, passando a ser a informação orgânica registrada o elemento fundamental de estudo da área (CRESPO, 2000, p. 115).

Esse autor demarca o informacional nos arquivos associado ao contexto de adoção das chamadas tecnologias de informação e comunicação. As alterações de cunho social e tecnológico configuradas a partir da década de 1980 colocaram demandas de ampliação dos

conceitos e das práticas arquivísticas. A informação teria se tornado uma ordem de realidade sobre a qual o arquivista interviria quando no contexto dos arquivos.

Para Rodrigues (2006), na segunda metade do século XX, os estudos promovidos no âmbito da Unesco agenciaram uma aproximação dos arquivistas da abordagem informacional dos arquivos. Ele aponta a publicação de importantes estudos, sob os auspícios desse organismo internacional, na perspectiva da formação do profissional da informação contemplando a Arquivologia e a Biblioteconomia. A base profissional do arquivista é reconhecida numa realidade informacional, tanto no contexto organizacional do usuário produtor do arquivo como no espaço da instituição arquivística, lugar em que a informação autêntica sob custódia torna-se acessível.

Entende-se, neste momento, informação arquivística associada a uma visão documentalista do fenômeno informacional, tendo em vista a disposição registrada que se pressupõe na intervenção profissional do arquivista.

Relaciona-se, ainda, a abordagem informacional dos arquivos com uma perspectiva de inovação no discurso sobre as práticas arquivísticas na contemporaneidade. Essa inovação estaria presente na orientação de sucesso dos negócios organizacionais e nos movimentos das instituições arquivísticas, quando da representação temática dos conteúdos de documentos de arquivo por meio dos sistemas ou redes de informação.

Informação arquivística seria a fixação de um *conteúdo* num *meio* com atributos de significado, materialidade e evidência em relação às atividades de um produtor de arquivo.

Essas considerações evidenciam o arquivo no reconhecimento de formas reificadas da vida nas sociedades contemporâneas, em que se dá a burocratização das relações substituindo formas tradicionais de integração social. Sugere uma lógica em que a inteligibilidade da comunicação seja diplomaticamente mediada pelo documentar. Essa dinâmica é, ao mesmo tempo, comunicativa e validativa.

Para compreender a emergência da informação arquivística, e pensar as possibilidades de sua caracterização conceitual, será necessário tomar como objeto a historicidade dessa reflexão além de elucidar objetivamente esse construto.

5 Problematizando a noção de informação arquivística

O processamento técnico para essa informação arquivística configuraria rotinas de controle densamente metódicas. Os arquivistas seriam agentes participantes ações de

informação que caracterizam o processo documental de uma organização.

Entretanto, quando se explicita “informação arquivística” o que realmente se quer evocar com essa noção? Seria mesmo possível imaginar as possibilidades de uma categorização mais ampla que o registro ou o documento? Quais são as implicações de pensar a possibilidade das práticas em torno dos arquivos estarem presididas pela ênfase nesse uso social da linguagem que chamamos de informação?

Nessa abordagem informacional mantém-se a especificidade arquivística de representar as ações administrativas que se materializaram nos atos registrados (documentos). O arquivo permanece representando a possibilidade de armazenar a evidência do funcionamento da administração por intermédio da preservação e do acesso, tanto da ordem como do conteúdo documental. A partir de tal concepção, a noção de documento arquivístico associa-se a um estatuto probatório, assim como a de informação arquivística relaciona-se a um estatuto de validação, ambos representando modos de validação?

Pode-se explicar essa invenção da informação arquivística, no quadro da Arquivologia brasileira, ligando-a às condições de produção de conhecimento arquivístico no âmbito institucionalizado dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, sem que essas explicações excluam a pertinência de outras. A noção de informação arquivística parece inscrita numa lógica de argumentação acadêmica de atualizar as das práticas tradicionais em torno do processamento técnico dos arquivos na direção de sua autonomia enquanto área do conhecimento.

A busca de elementos caracterizadores, desta noção de informação arquivística, implica a compreensão do arquivístico na demanda de documentar, numa dimensão comunicativa, o exercício de atividades socialmente organizadas. As ações cotidianas das administrações são objeto de registro enquanto forma estruturada de informação. O universo arquivístico permanece correspondendo a conjuntos informacionais decorrentes do funcionamento das organizações.

Essa esfera de significado, na qual se insere a informação arquivística, configura uma ação comunicativa, formadora da racionalidade no andamento das administrações. A noção de informação arquivística é compreendida nos processos de comunicação, que se apóiam em práticas estabelecidas num ambiente de modos, administrativos e jurídicos, de agir.

No segundo momento, a manifestação de alguma materialidade, quer dizer, a forma registrada de uma inscrição com objetividade material ao que é documentado. Considera-se a existência de um substrato físico imprescindível nessa consignação de uma

passagem validada do ato para um registro.

O terceiro momento elucidativo aponta para os atributos de evidência incorporados nos procedimentos de um documentar, sobre o qual se reivindica sustentar uma referência do que aconteceu com uma força de prova. Esse informacional enquanto ação comunicativa permite circular uma referência com validade, o que tem a ver com a idéia de testemunho encerrado num arquivo.

Marion Beyea (2007, p. 33) comenta:

É dessa evidência [o que o arquivo é] que deriva grande parte de seu valor – para propósito de responsabilidade, administração, cultura e história. Ao lidar com a evidência – não informação ou objetos, embora documentos arquivísticos sejam objetos ou contenham informação –, os arquivistas, ao contrário de outros profissionais do conhecimento, da informação ou de curadoria, devem, nos processos que seguem e nas metodologias que aplicam, assegurar-se de que os documentos arquivísticos, *suportes dessa evidência*, sejam, ao longo do tempo, mantidos em seus contextos, completos, originais e confiáveis (grifo nosso).

Essa evidência é reconhecida na ação que foi consignada ao registro com credibilidade e validade para representar uma intencionalidade, ou manifestação de vontade.

As condições deste acontecimento discursivo, a informação arquivística, podem ser observadas no campo arquivístico enquanto lugar em que se reproduzem as competências técnicas para redefinições de posições, distribuídas nas relações entre trabalhadores dos arquivos, produtores de conhecimento arquivístico e usuários. A partir disso, busca-se tematizar o construto informação arquivística inscrito nessa lógica que apreende o território arquivístico.

A dimensão arquivística nas dinâmicas sociais pode ser observada nas formas de sociabilidade assentadas na autenticidade dos registros. A recente enunciação informação arquivística comportaria noções antecedentes. Aparentemente pressupõe uma constituição enquanto artefato informacional, até então chamado de documento de arquivo. O fenômeno informacional em arquivo também sugere a dependência de uma materialidade na disponibilidade do registro. A noção de informação arquivística parece associada à existência da unidade materializada da informação na condição documental.

O saber arquivístico abarcaria a lógica presente na classificação e na seleção das inscrições. Essa seria uma compreensão do arquivista sobre o arquivamento como uma estrutura técnica que participa ao mesmo tempo do registro de um evento e de sua produção.

Diferentemente do que foi observado, a abordagem informacional do arquivo deve ser problematizada nas práticas de documentar carregadas de materialidade na estabilização de uma informação que é efeito de práticas sociais com legitimidade institucional.

Não é o poder de apenas transcrever características objetivas individuais preexistentes na forma escrita, portanto permitindo que “informações” sobre os indivíduos fossem comunicadas. Ao contrário, [...] não é na documentação como um meio de comunicação de informação, mas como transmissão de poder gerativo e formativo, através do qual indivíduos que podem ser conhecidos são constituídos institucionalmente. [...] Para o estudo da materialidade da informação, o conceito de ligação é a documentação. Práticas documentárias institucionais lhe dão peso, massa, inércia e estabilidade que materializa a informação de forma tal que ela possa configurar profundamente a vida social (FROHMANN, 2006, p. 6).

A partir de tal análise, o arquivístico é entendido como uma tecnologia cultural incorporada nas práticas sociais que possibilitam um instrumental de penhor do futuro a partir do passado pela técnica do arquivamento. Isso apontaria para a legitimidade e a racionalidade buscada pelo trabalho de controle que garante a coerência e a validação do que foi armazenado.

Referências

- BEARMAN, David. Archivos virtuais. In: *XIII Congreso Internacional de Archivos*. Beijing, 1996.
- BEYEA, Marion. A favor de normas para a prática arquivística. *Acervo*, v. 20, n. 1-2, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- BRUEBACH, Nils. Acesso eletrônico à informação arquivística: vantagens e potenciais das normas de descrição. *Acervo*, v. 20, n. 1-2, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivo, documento e informação: velhos e novos suportes. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 15-23, p. 34-40, jan./dez. 1994.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, FGV, Rio de Janeiro, n. 21 - 1998.
- _____. Archival Science and Postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science*, 1 (2000).
- COOK, Michael. Desenvolvimentos na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro. *Acervo*, v. 20, n. 1-2, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- CRESPO, Cláudio Dutra. *O campo da arquivística e os arquivos setoriais: conhecimentos e práticas*. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.
- CUNNINGHAM, Adrian. O poder da proveniência na descrição arquivística: uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF). *Acervo*, v. 20, n. 1-2, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan.-jun., 1994.
- EASTWOOD, Terry. In: Debate entre Terry Eastwood e Theo Thomassen. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p. 15-24, 2007.
- FERNANDES, Geni Chaves. *A ameaça: tempo, memória e informação*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

FOX, Michael. Por que precisamos de normas. *Acervo*, v. 20, n. 1-2, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

FROHMANN, Bernd. Palestra proferida na abertura do evento VII ENANCIB, em Marília, SP, em outubro de 2006.

GUIMARÃES E SILVA, Júnia. *Socialização da informação arquivística: a viabilidade de enfoque participativo na transferência da informação*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-IBICT/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

HEREDIA, A. Herrera . *Archivística general. Teoría y Práctica*. Sevilha: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1983. 512p.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Arquivos In: *Formas e Expressões do Conhecimento*. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia, 1998.

LODOLINI, Elio. El problema fundamental de la archivística: la naturaleza y el ordenamiento del archivo. *Irargi Revista Archivística*. N.1, p. 27-61, 1988.

LOPEZ, André Porto Ancona. *As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos*. São Paulo: 2000. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. Orientadora: Ana Maria de Almeida Camargo.

MORENO, Nádina Aparecida. *A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal Fluminense e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, RJ, 2006.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Editions du Seuil, 2000.

ROBREDO, Jaime. *Da Ciência da Informação Revisitada aos Sistemas Humanos de Informação*. Brasília : Thesaurus Editora e SSRR Informações. 2003.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A formação do arquivista contemporâneo numa perspectiva histórica: impasses e desafios atuais. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jul./dez 2006, p. 17-41.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SIBILLE, Claire. A descrição arquivística na França, entre normas e práticas. *Acervo*, v. 20, n. 1-2, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

SILVA, Armando B. Malheiro da. *A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento arquivístico*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: www.arquivonacional.gov.br/download/malheiros.rtf Acessado em: 7/1/2008.

SOUSA, Renato Tarcisio Barbosa de. *Classificação em arquivística: trajetória e apropriação de um conceito*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

THOMASSEM, Theo, Uma primeira introdução à arquivologia. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, 2006.